

DIVERSIDADES E EDUCAÇÃO

O que os instrutores de aprendizagem ensinam? Desafios e possibilidades

Graziele Fernandes de Barros¹
Vinícius Henrique dos Santos²

INTRODUÇÃO

Este texto apresenta um relato de experiência sobre os desafios da prática docente no papel do instrutor de aprendizagem e tem como objetivo geral produzir uma análise crítica acerca dos limites da prática pedagógica frente às disposições da lei da aprendizagem. Além disso, este artigo pretende apresentar as possibilidades da mediação de conhecimentos, habilidades e atitudes junto a jovens aprendizes quando a prática é alicerçada em metodologias ativas e fundamentada em uma pedagogia engajada.

DESENVOLVIMENTO

1. O que é a aprendizagem profissional?

As Leis n.8.213/91 e n.10.097/2000 dispõem, respectivamente, sobre cotas obrigatórias de empregados em empresas de médio e grande porte³. Essas cotas correspondem a um percentual de pessoas com deficiência e, especificamente, a um número mínimo de jovens e adolescentes de 14 a 24 anos incompletos por

¹ Pós-Graduada em Desenvolvimento Humano e Relações Trabalhistas, Pedagoga, UNINTER grazielefbarros@gmail.com.

² Mestre em Sociologia, Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UEL (PPGSOC/UEL), prof.viniciu@gmail.com.

³ A contratação de jovens aprendizes é facultativa para micro e pequenas empresas.

intermédio dos contratos especiais de trabalho. Dentre as particularidades dessa modalidade de contratação, chamamos atenção ao princípio que fundamenta a área da aprendizagem e as práticas dos profissionais que atuam no setor, a saber: de que o aspecto formativo deve se sobrepôr ao produtivo, como explicitado no art. 429 da CLT (GONÇALVES, 2014, p. 191).

2. Os desafios da prática docente no papel do instrutor de aprendizagem

Inseridos neste contexto, nós, instrutores de aprendizagem, mediamos as aulas teóricas com turmas de jovens aprendizes em alternância de suas atividades práticas referentes à ocupação/profissão da formação de cada aprendiz. Nesses encontros semanais há uma expectativa por parte da entidade capacitadora, das empresas e da própria legislação que realizemos a mediação de conhecimentos específicos da categoria que o jovem foi contratado ao passo que ocorra a promoção do desenvolvimento de habilidades e atitudes necessárias para o jovem atuar em seu setor.

Entretanto, alguns desafios complexificam a nossa tarefa. A começar pelo fato de que a maioria dos jovens aprendizes, emergentes de segmentos vulneráveis da sociedade brasileira, chegam em nossas salas de aula na expectativa de que daremos continuidade ao método tradicional de ensino e aprendizagem que tiveram (ou ainda têm) contato nas escolas de formação básica. Isto é, os aprendizes acreditam, de forma implícita ou não, que iremos transferir os conhecimentos teóricos de suas áreas de atuação, como se fôssemos portadores de um acúmulo de repertório a ser transmitido e decorado por eles.

Acontece que, enquanto instrutores de aprendizagem, não nos comportamos dessa maneira, ao contrário, organizando a sala de aula em círculo, iniciamos nossas aulas com perguntas norteadoras sobre as temáticas para os jovens, e as respostas que eles apresentam, que são resultado de suas experiências na prática e/ou de seu repertório prévio, norteiam a construção do conhecimento junto a uma mediação de saberes. Os jovens aprendizes podem questionar e até mesmo criar novos olhares sobre os conceitos para, enfim, elaborar um projeto que una teoria e prática.

Anais do I Simpósio Internacional Práxis Itinerante e III Seminário Temático do Práxis Itinerante: Diversidades, Pluralidades e Perspectivas em Debate
20 a 22 de agosto de 2024, UEL – Paraná

Destarte, é comum em nosso cotidiano profissional lidar com estranhamentos por parte dos aprendizes (que podem, inclusive, chegar às empresas como reclamações) com relação a real necessidade de participarem ativamente do processo de construção do conhecimento, comunicando-se e interagindo com os instrutores e demais colegas, tendo em vista um desejo de apenas ouvirem passivamente. Logo, para além da tarefa de mediar conhecimentos específicos, lançamos mão de estratégias de integração de grupo, dinâmicas de aprendizagem e outras metodologias ativas que visam desenvolver as habilidades de relacionamento interpessoal, comunicação e criatividade, por exemplo.

Os jovens aprendizes também reproduzem práticas e comportamentos escolares, tais quais o *bullying* e a indisciplina, o que aciona mais um desafio aos instrutores de aprendizagem: informar as condutas esperadas pelo mundo do trabalho, isto é, a conduta ética, respeito e convívio com a diversidade. Quando essas situações acontecem, um momento da aula se transforma em um *feedback* de orientação individual, onde o jovem é informado sobre a necessidade de não praticar *bullying*, pois no ambiente de trabalho (que nesse caso, é a sala de aula) essa prática pode acarretar em uma falta disciplinar grave (como previsto no art. 482 da CLT).

Observamos que, o instrutor de aprendizagem, responsável pelo desenvolvimento profissional de jovens aprendizes e de seu acompanhamento na inserção do mundo do trabalho, possui a necessidade de pautar sua prática em uma pedagogia engajada, ou seja, aquela que provoca a participação promove o movimento de ideias, compartilhada entre as pessoas, e que constrói um relacionamento de trabalho relevante entre todas e todos na sala de aula (hooks, 2020, p. 49). Afinal, ainda que a aprendizagem profissional seja essencial para o desenvolvimento social e econômico, os jovens aprendizes muitas das vezes podem se encontrar em contextos de desânimo, desvalorização e vulnerabilidade emocional, e conformam turmas com idades muito distintas, o que impacta diretamente a prática docente do instrutor de aprendizagem.

Ademais, a lei da aprendizagem também prevê a formação cidadã dos jovens aprendizes. Isso significa que nós instrutores também precisamos mediar temas relacionados à diversidade, cidadania, meio ambiente e violência. Porém, nestes

Anais do I Simpósio Internacional Práxis Itinerante e III Seminário Temático do Práxis Itinerante: Diversidades, Pluralidades e Perspectivas em Debate
20 a 22 de agosto de 2024, UEL – Paraná

momentos, nossas salas de aula, na maioria das vezes, também se tornam campos não só de estranhamentos como também de resistências. Na medida em que somos responsáveis por turmas de jovens aprendizes por classificação de suas ocupações, isto é, turmas de administração, produção industrial, comércio e varejo e logística, por exemplo, os aprendizes e suas empresas tendem a encarar como cursos formativos específicos que não devem abordar tais temas.

Uma vez que a legislação é quem dita a normatização dos conteúdos, os instrutores de aprendizagem têm o desafio de relacionar o respeito à diversidade, à participação social e o fim das violências fobias e domésticas como ações constitutivas de um profissional. E uma vez promovida a discussão destes temas em nossas aulas, a aprendizagem pode se tornar uma aliada da educação básica, tendo em vista as dificuldades (que podem ser maiores) que professores da rede pública enfrentam quando abordam tais temáticas, até porque nesses casos, os instrutores de aprendizagem têm o desafio de desenvolver junto aos jovens a conduta ética como habilidade, o que envolve o respeito à diversidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Enfim, os desafios da prática docente no papel do instrutor de aprendizagem surgem do contato prévio de jovens aprendizes com a metodologia tradicional assistida em algum momento de suas vidas. Os jovens tendem a não querer participar dos encontros na expectativa de que nós sejamos os grandes transferidores de conhecimento, e quando isso não ocorre, observamos reclamações e estranhamentos. Porém, esse movimento nos provoca a engajá-los e colocá-los diante de metodologias ativas para que se percebam no centro do processo de construção do conhecimento e desenvolvam habilidades e atitudes.

Também destacamos que ao sermos direcionados a mediar conceitos relacionados à diversidade na expectativa de desenvolverem conduta ética, o instrutor de aprendizagem pode se tornar um grande aliado para a educação básica no que tange a aproximação desses conteúdos, uma vez que a maioria dos aprendizes, de 14 a 17 anos, seguem como estudantes da rede pública. Além disso, a prática docente no papel do instrutor de aprendizagem possui alguns limites,

Anais do I Simpósio Internacional Práxis Itinerante e III Seminário Temático do Práxis Itinerante: Diversidades, Pluralidades e Perspectivas em Debate
20 a 22 de agosto de 2024, UEL – Paraná

como a expectativa da empresa sobre os temas abordados nos encontros e as atividades propostas. É verdade que a maioria de nós fomos formados pela educação tradicional, e o que observamos em nossas práticas é de que esse tipo de ensino acabou sendo normalizado e visto como único caminho possível, resultando em estranhamentos por parte das empresas e jovens.

De todo modo, é importante ressaltar que os jovens tendem a aplicar o desenvolvimento de suas habilidades e atitudes do curso de aprendizagem nas escolas, eles nos informam que após a inserção no programa passaram a se comunicar mais, a apresentar trabalhos a pedido de professores e a evitar situações de violência a partir da compreensão de que esses casos são faltas disciplinares graves em empresas que podem levar sua demissão. Assim, instrutores de aprendizagem ensinam não só conhecimentos específicos como também desenvolvem habilidades e atitudes esperados pelo mundo do trabalho, ampliando as possibilidades de professores das escolas que também acompanham esses jovens na sua formação básica.

REFERÊNCIAS

HOOKS, bell. **Ensinando pensamento crítico**: sabedoria prática; tradução Bhuvi Libanio. São Paulo: Elefante, 2020.

GONÇALVES, Ana Lucia de Alencastro. Aprendizagem profissional: trabalho e desenvolvimento social e econômico. **Estudos Avançados**, [S.L.], v. 28, n. 81, p. 191-200, ago. 2014. FapUNIFESP (SciELO).
<http://dx.doi.org/10.1590/s0103-40142014000200013>.